

## LEITURA DO DISCURSO POLÍTICO DE JOSUÉ GUIMARÃES\*

Vanessa Borges Fortes Serapio Ferreira\*\*

Miguel Rettenmaier da Silva\*\*\*

*RESUMO: O presente trabalho busca analisar o discurso político que permeou o escritor e jornalista Josué Guimarães durante o período em que ele exerceu o cargo de Vereador da cidade de Porto Alegre/RS. Para tanto, a pesquisa tem como base os pressupostos teóricos da Análise de Discurso pecheutiana – a AD. O corpus da pesquisa é composto pela manifestação de Josué Guimarães na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre no dia 23 de agosto de 1954 - véspera da morte de Getúlio Vargas -, bem como pela obra literária de Josué Guimarães, em especial o romance intitulado Os Tambores Silenciosos que descreve o cotidiano de uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul durante a década de 1930. Essa investigação é um primeiro momento do trabalho de pesquisa desenvolvido na dissertação de mestrado, inscrita na linha de pesquisa “Leitura e Formação do Leitor” do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo – PPGL/UPF, que se propõe a compreender esse importante momento da história nacional e sul-rio-grandense, assim como colaborar na investigação da biografia de um sujeito de grande importância para as Jornadas Literárias de Passo Fundo. O período do mandato de Josué Guimarães (1952-1955) coincide com uma época de acirrada divisão de “forças políticas” no Brasil. Segundo Flach e Cardoso (2007, p. 59) na obra “República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)”, seria lícito dizer que as forças políticas tinham como principal elemento de divisão partidária o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas, essa situação de conflito que aumenta com a morte do então Presidente da República. Logo, o objetivo desse trabalho é compreender o momento histórico de fortes conflitos ideológicos, e as eventuais relações entre uma posição ideológica e a produção literária de Josué Guimarães.*

*PALAVRAS-CHAVE: Josué Guimarães. Análise de Discurso. Leitura.*

### 1. Introdução

O presente estudo tem como objetivo analisar o discurso político que permeou o escritor e jornalista Josué Guimarães durante o período em que ele exerceu o mandato de Vereador da cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Este artigo, em especial, relaciona a obra literária *Os Tambores Silenciosos*, escrita por Josué em 1975 e publicada no ano de 1977, com o discurso proferido pelo vereador na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre no dia 23 de agosto de 1954, ou seja, no dia anterior à morte de Getúlio Vargas. A investigação foi possível em razão dos materiais constantes no Acervo Literário Josué Guimarães – ALJOG, que pertence à Universidade de Passo Fundo – UPF.

Analisar o discurso político de uma época tão conturbada como foi a década de 1950 na história da República brasileira é um desafio. Logo, para compreender o período, realizamos a leitura dos discursos com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso pecheutiana – a AD. Para esta perspectiva teórica, que propõe ao analista a construção de um dispositivo de

\* Texto completo de trabalho apresentado na Sessão 11 – Análise do Discurso e Política III do Eixo Temático Estudos de Análise do Discurso do 4. Encontro da Rede Sul Letras, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem no Campus da Grande Florianópolis da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) em Palhoça (SC).

\*\* Estudante de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo – PPGL/UPF. E-mail: vanessabfsf@hotmail.com.

\*\*\* Docente do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo – PPGL/UPF. Pós-doutorado na Universidad de Santiago de Compostela – Campus Santiago. E-mail: mrettenmaier@hotmail.com.

interpretação, é importante refletir que “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar” (ORLANDI, 2003, p. 9).

O texto que segue é dividido em três partes. Em um primeiro momento, relatamos rapidamente a biografia de Josué Guimarães e o enredo da sua obra *Os Tambores Silenciosos*. Já, em um segundo momento, resgatamos o ambiente político da primeira metade da década de 1950 no Brasil e na Câmara Municipal de Vereadores da cidade de Porto Alegre, quando Josué cumpria o mandato de vereador (1952-1955). Por fim, analisamos recortes do discurso do dia 23 de agosto de 1954, a fim de estabelecer regularidades no discurso que apontem às posições ideológicas do momento.

### **Josué Guimarães e *Os Tambores Silenciosos***

Josué Guimarães foi um jornalista, pensador, que encontrou no romance uma forma de fazer política. Desiludido com a política partidária, foi por meio dos seus personagens e das metáforas presentes em suas obras literárias que pode defender os seus ideais, transformando toda a sua obra em um espaço para realizar denúncias sobre os fatos que ocorriam no cenário político e moral brasileiro.

Em uma entrevista, concedida em março de 1982, Josué Guimarães quando perguntado “em que a literatura te gratificou?”, respondeu: “Eu diria que foi por haver me permitido ter dito aquilo que eu quis dizer. De ter posto para fora histórias” (1991, p. 105). É importante salientar que Josué Marques Guimarães, como escritor, foi um formador de leitores e principal apoiador nos momentos iniciais do projeto de leitura e de divulgação da literatura, as Jornadas Literárias de Passo Fundo, idealizadas por Tania Rösing.

A veia política e bem-humorada do escritor é percebida especialmente na obra *Os Tambores Silenciosos*, que descreve o cotidiano de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul durante a Semana da Pátria do ano de 1936. A cidade se chama Lagoa Branca, em referência e também em oposição à Lagoa Vermelha, já que a cor vermelha aciona a memória dos ideais do socialismo. Por mais que o se passe em uma cidade do interior gaúcho na década de 1930, ele se relaciona com o conteúdo dos discursos políticos do Brasil da década de 1950, bem como com aqueles do período da ditadura militar no Brasil.

Na visão de Sergius Gonzaga (1988, p. 16), a obra constitui “uma síntese extraordinariamente feliz de narrativa de costumes interioranos e sátira política”. Vale lembrar que Josué conhecia bem esse cenário, pois ele mesmo nascera em uma cidade pequena do Estado, assim como escreveu novelas e contos que se passavam nesse ambiente de ruas estreitas “vigiadas por velhinhas bisbilhoteiras e povoadas por caudilhos decrépitos, autoridades ridículas, bacharéis pedantes, padres e telegrafistas, beatas e meretrizes, uma variada galeria de tipos caricatos e hilariantes”.

No livro, o prefeito Coronel João Cândido Braga Jardim prepara as comemorações do desfile de sete de setembro, de fazer sumir o de Porto Alegre. Durante esta semana a população da cidade percebe que os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* eram recolhidos pelo inspetor da prefeitura e queimados a fim de proteger a população das tragédias do mundo. À população restava a *A Voz da Lagoa*, jornal impresso na cidade apenas com boas notícias.

Além desse cenário de censura que fechava livrarias, havia também o da tortura, em que jovens voltavam machucados da polícia. Para Tabajara Ruas (2010, p. 8), Josué Guimarães “apresentou a magnífica metáfora da dominação e da resistência” em *Os Tambores Silenciosos*.

## A “Democracia Populista” e o mandato do Vereador e Jornalista

O período entre 1945-1964 foi denominado por alguns de “democracia populista”. Isso porque o pós-guerra acelerou o fim do Estado Novo no Brasil e ocorreram mobilizações em diversos estados no sentido de articular a formação de novos partidos políticos.

A década de 1950 foi marcada pelo retorno da polarização partidário no Rio Grande do Sul, fenômeno característico da República Velha – Chimangos e Maragatos. A diferença em relação ao período anterior é que os dois blocos foram formados pelos trabalhadores e seus aliados e os liberal-conservadores, na chamada “Frente Democrática” (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 46-47).

As eleições de 1950 foram extremamente vitoriosas ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, em todos os níveis da disputa eleitoral. Getúlio Vargas elegeu-se Presidente, Ernesto Dornelles governador, Alberto Pasqualini senador, e as bancadas do partido na Câmara e na Assembleia Legislativa tiveram um enorme salto, se comparado com a eleição anterior. Esse voto consistente nos principais candidatos do PTB sinalizava que o partido era um dos maiores partidos, não apenas no parlamento estadual como também no Congresso Nacional. Outro elemento que pode ser confirmado com essa eleição foi a *desgetulização* do PTB (p. 67).

No ano de 1951, o então jornalista Josué Guimarães foi eleito vereador na cidade de Porto Alegre, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Na oportunidade, ocupou a vice-presidência da Câmara. No entanto, a sua atividade político-partidária foi episódica, nas suas palavras: “não nasci para a política. Mas tenho minhas convicções arraigadas, das quais ainda não abri mão. É possível que de minha vivência política tenha restado algo de útil para o que escrevo, mas afinal, de tudo o que se faça, deve sobrar sempre alguma coisa” (RIO GRANDE DO SUL, p. 5).

Fato importante durante o período em que exerceu o mandato, no quadriênio 1952-1955, foi que Josué Guimarães emitiu carta de desfiliação do partido trabalhista em abril de 1954, a qual foi lida na sua integralidade em sessão da Câmara. E, em seguida, o vereador filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro – o PSB. Ainda, o ano de 1954 foi o de suicídio de Getúlio Vargas.

Segundo Flach e Cardoso (2007, p. 69), no final do governo de Ernesto Dornelles, a morte de Getúlio Vargas obteve repercussão nacional. Sua morte foi comentada de forma recorrente nos pronunciamentos dos deputados, em especial aqueles do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, que não poupavam críticas aos opositores de Vargas pelo desfecho trágico da crise política que o país vivia. No estado do Rio Grande do Sul, as depredações ocorridas em razão do episódio foram sérias e causaram consideráveis prejuízos, o que fez os deputados opositores culparem o governo de Ernesto Dornelles, porque não agiu com o rigor necessário para conter os saques e depredações. Já, por outro lado, os deputados situacionistas defendiam o governo, alegando que era impossível conter a onda de depredações que se seguiu após a divulgação da notícia da morte de Vargas.

### Agosto de 1954

O ano de 1954 foi bastante conturbado na história da República brasileira. Especialmente o mês de agosto que começou com o episódio conhecido como o “Atentado da Rua Tonelero”. Esse episódio foi considerado por muitos historiadores o estopim da derrocada final do governo Vargas. Além desse episódio, o mês também foi marcado pela morte do então Presidente da República, Getúlio Vargas, no dia 24.

Se esse período foi de acaloradas manifestações de deputados, como sugeriu Flach e Cardoso (2007, p. 69), então nos move a vontade de saber como essa situação se desenrolou junto aos vereadores na capital do Rio Grande do Sul. Já que esse estado foi o berço de Getúlio Vargas (São Borja, 1882) e de Josué Guimarães (São Jerônimo, 1921). E mais importante, porque a morte do Presidente da República ocorreu enquanto Josué exercia o mandato de Vereador da cidade de Porto Alegre.

Assim, com o objetivo de resgatar os ânimos da Câmara de Vereadores da capital gaúcha da primeira metade da década de 1950, essa pesquisa se baseou – em parte - nos registros constantes nos Anais daquela Câmara, em especial do quadriênio 1952-1955, pois esse foi o período do mandato de Josué Guimarães. O acesso a esse material é possível em razão de fotocópias dos Anais constantes no Acervo Literário Josué Guimarães – ALJOG, que pertence à Universidade de Passo Fundo – UPF e é coordenado pelo Pr. Dr. Miguel Rettenmaier da Silva. Nesse espaço, pesquisadores tem a oportunidade de consultar a integralidade da obra literária publicada pelo autor, assim como seus manuscritos, artigos jornalísticos, pinturas, fotografias, artigos pessoais, livros de sua biblioteca pessoal, entre outras memórias do escritor gaúcho.

O corpus dessa investigação - que é um momento inicial no trabalho de pesquisa desenvolvido para a dissertação de mestrado, inscrita na linha de pesquisa “Leitura e Formação do Leitor” do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo – PPGL/UPF - é composto pelos discursos proferidos por Josué Guimarães na Câmara de Vereadores no mês de agosto de 1954. Especificamente a manifestação do dia 23 de agosto de 1954, declaração de grande relevância porque proferida na véspera da morte de Vargas, ou seja, no auge de uma tensão política. Ela inicia

**O SR. JOSUÉ GUIMARÃES:** Sr. Presidente. Srs. Vereadores. Era inevitável que os acontecimentos do Rio de Janeiro tivessem repercussão também no plenário desta Câmara, como expressão que é da opinião pública desta capital. Não poderíamos nós, envolvidos em disputas político-partidárias, ficarmos alheios aos acontecimentos na Capital Federal, no momento em que se encontra em perigo o próprio regime, entre confusões e boatos que repercutem em todo o Brasil, de **maneira a mais prejudicial possível sobre o bom andamento da campanha eleitoral** que deverá terminar com as eleições a três de outubro próximo vindouro. (23.08.1954) (grifo nosso)

Defende-se com frequência que o suicídio de Vargas foi, em realidade, uma manobra política visando atrasar o golpe militar em dez anos, o qual se concretizou em 31 de março de 1964, com a destituição de João Goulart, o Jango, do cargo de Presidente da República.

A obra literária sobre os acontecimentos de Lagoa Branca foi publicada em 1977, portanto, em verdade, a obra de Josué se utiliza da década de 1930, para falar sobre a ditadura militar, contemporânea da sua escrita. Nesse sentido, Sergius Gonzaga (1988, p. 16-17) explica que “o prefeito [de Lagoa Branca] sonha com a ‘ilha de tranquilidade’ que na época da publicação do romance era o reclame institucional da ditadura. Ou seja, as referências do texto não se atêm à década de 30 e são remetidas para os governos militares dos anos 70”.

Vale ressaltar que esse artigo é parte de uma investigação maior, da qual ele é unicamente o movimento inicial. O recorte desse trabalho é induzido pela organização da obra *Os Tambores Silenciosos*, que descreve os acontecimentos de Lagoa Branca durante a Semana da Pátria de 1936, pouco antes da implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas. Da mesma maneira, também analisa as manifestações de uma Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, em um curto espaço de tempo, o dia 23 de agosto de 1954, a véspera da morte de Vargas, que antecede uma guinada histórica que tem como protagonista a mesma figura política.

Na proposta de leitura da Análise de Discurso de linha francesa, interessa conhecer a situação e o sujeito do discurso, ou seja, as condições de produção do discurso. Relaciona-se o discurso com a sua exterioridade. Nesse sentido, é possível considerar teoricamente dois sentidos da situação, “em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo” (ORLANDI, 2006, p. 15).

Dessa maneira, é possível considerar o discurso de Josué no ano de 1954 em seu sentido lato, qual seja, um discurso pertencente a um momento de reabertura política após o período do Estado Novo (1937-1945) - que foi implantado por Getúlio Vargas com o apoio das forças armadas

-, quando as Câmaras Municipais tinham sido fechadas. Também é relevante pensar que a Câmara era da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, estado de origem do então Presidente da República e lugar onde ele iniciou sua ação política. Ainda, que aquele era um momento de tensão nos debates políticos, no qual tanto as manifestações, quanto os silêncios tomavam sentidos exacerbados.

No sentido estrito, o de uma manifestação em uma Câmara Municipal de Vereadores, em que Josué era investido do cargo de Vereador, então representando uma parcela dos cidadãos da cidade de Porto Alegre. Alguém que tinha sido eleito Vice-presidente da Câmara. Alguém que tinha suas manifestações gravadas em Anais - o que inclusive possibilitou a consulta para essa investigação, mais de sessenta anos depois. Um vereador que era jornalista, portanto, visto como bem informado - o que era de fato - sobre os acontecimentos do Brasil e do exterior, bem como capaz de publicar a sua opinião nos jornais de grande circulação e assim alcançar/influenciar uma parcela maior da população. Um vereador que recentemente (em abril de 1954) tinha se desfilado do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, tendo posteriormente aderido ao Partido Socialista Brasileiro - PSB, o que possivelmente torna a sua manifestação sobre a situação política de Getúlio Vargas bastante aguardada pelos outros vereadores.

Logo, “as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica” (ORLANDI, 2006, p. 40). Além disso, Josué Guimarães estava inscrito em uma posição, da qual era autorizado a interpretar o episódio político, como Orlandi escreve sobre o gerenciamento da memória coletiva (1996, p. 133), ou seja, sobre “a divisão que separa os que estão autorizados a ler, escrever e falar em seus nomes e todos os outros que, na cópia, na transcrição, na classificação, na indexação, na codificação, repetem incansavelmente gestos (de interpretação) que os apagam atrás da instituição”.

Assim, a proposta de leitura da Análise de Discurso possibilita gestos de interpretação dos efeitos de sentido de discursos produzidos, nesse caso do discurso produzido por Josué Guimarães no dia 23 de agosto de 1954. Não esquecendo que quem fala interpreta para dizer, assim como o analista também interpreta o dizer do outro, porém com o apoio da teoria que possibilita a criação de um dispositivo de análise.

Na primeira leitura do texto da manifestação de Josué na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre no dia anterior à morte de Getúlio, é possível perceber regularidades, conteúdos que se repetem no interior das sequências discursivas e desenham as posições dos sujeitos daquele cenário político. Uma delas se refere ao objetivo da “disputa no Rio de Janeiro”, se é o de ajudar o povo, ou o de satisfazer interesses econômicos.

Ajudar o povo → Interesses Econômicos (Assis Chateaubriand e Carlos Lacerda)

*Sd.1. “Se observarmos com isenção de ânimo e imparcialidade a situação nacional, chegaremos à conclusão de que o que se encontra em disputa no Rio de Janeiro não representa, nem de um lado e nem de outro, interesses que digam respeito às camadas populares. Não está em jogo nenhuma solução, por parte dos grupos na Capital Federal, de nenhum problema que possa trazer algum benefício ao povo. O que vemos é apenas uma onda de ódios e vindetas daqueles que nada têm feito para servir ao País, a não ser através de uma falsa pregação democrática nas suas tribunas e nas suas rádios, mas nada em defesa das classes populares, mas sim a serviço de grupos econômicos, daqueles que querem empalmar o governo para trazer às suas mãos o Banco do Brasil e as verbas dos Institutos.” (grifo nosso)*

*Sd.2. Sobre o estado de exceção: “É o estado que os golpistas desejavam para, através dele, não se realizarem eleições, para que ficassem dando as cartas neste País os homens que estão hoje divorciados dos interesses do povo e defendem apenas os seus interesses particulares, satisfazendo os apetites dos grupos estrangeiros e dentro do nosso País, como*



é o caso dos Srs. Assis Chateaubriand e Carlos Lacerda, *homens que tem vendido a Nação a troco de trinta dinheiros para os seus cofres particulares* e que têm dado tudo aos estrangeiros, têm dado aquilo que representa o sacrifício de nossa gente”. (grifo nosso)

*Sd.3.* “... um indivíduo como Carlos Lacerda, que tem sido o mercador diário das riquezas deste País aos Estados Unidos, frutificador barato da situação nacional, fomentador de discórdia, insegurança e intranquilidade”.

*Sd. 4.* “Esses salvadores da pátria não têm feito outra coisa neste País a não ser isto: dar golpes para vender o País ao estrangeiro, de vez que estão subsidiados pelas maiores companhias americanas, como o caso do Sr. Carlos de Lacerda, seguidor fiel da atividade nefasta do Sr. Assis Chateaubriand”.

A *Sd.1* inicia com a premissa de que se é possível olhar uma situação com isenção e imparcialidade, em um momento de tamanha tensão política. Esse início poderia ser uma forma de esquecimento, o da ordem da enunciação, aquele que “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 2006, p. 35). No sentido que para convidar os ouvintes à reflexão, ao raciocínio frio, o vereador poderia também ter reconhecido os ânimos exacerbados daquele momento e ter pedido calma para o raciocínio. Ao longo do discurso, percebemos que não há uma visão da situação com isenção de ânimo.

Ainda, a *Sd.1* aponta que há dois lados opostos na *disputa* do Rio de Janeiro, e que *nenhum* está interessado nos interesses do povo, que não está *em jogo* nenhuma solução em benefício do povo. Nessa passagem, é interessante o uso das palavras *disputa* e *em jogo*, que acionam a memória de um jogo, sendo que o prêmio do vencedor seria *empalmar o governo* para trazer às mãos o Banco do Brasil e as verbas dos Institutos. Essa leitura encontra respaldo ainda na *Sd. 2* quando os golpistas *dariam as cartas* no Brasil.

Também, é possível interpretar que ninguém está interessado no povo na Capital Federal, mas sim que é uma onda de ódio e vindetas daqueles que estão a serviço de *grupos econômicos*. Já na *Sd. 2*, percebe-se que exemplos dos *homens divorciados dos interesses do povo* – que são *golpistas* - são *Assis Chateaubriand* e *Carlos Lacerda*, ambos proprietários de órgãos da imprensa e personagens conhecidos como oponentes ao governo Getúlio Vargas.

Na *Sd.2* as palavras acionam a memória da traição, quando os golpistas vendem a Nação a troco de trinta dinheiros – a traição bíblica de Judas -, *satisfazem os apetites* de grupos estrangeiros e estão *divorciados* dos interesses do povo brasileiro. Por fim, nas *Sd.3* e *Sd.4* a identidade dos *golpistas* e com interesses privados no exterior é ratificada. Vale salientar que na *Sd.4*, eles são referidos como *salvadores da Pátria*, naturalmente de forma irônica, porque esses *salvadores* em verdade dão golpes e vendem o País ao estrangeiro, atitude que não resgata os sentidos do que seja patriótico. Ainda, na *Sd. 3* Carlos Lacerda é o grande frutificar da situação de discórdia, insegurança e intranquilidade nacional.

A segunda regularidade no texto da manifestação de Josué se refere ao papel das classes armadas naquele momento político. No entanto, como traz o vereador, é importante para interpretar o discurso, refletir sobre a memória das classes armadas. Segundo Orlandi, a memória “tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2006, p. 31). Em outras palavras, o interdiscurso são já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo que muito distantes, os quais têm efeito sobre o que o sujeito diz na atualidade. Por isso, não é possível o sujeito ter controle dos efeitos de sentido que se movimentam no seu discurso, porque ele mesmo não é capaz de conhecer todos os efeitos do que ele diz.

Classes Armadas e Ditadura → Classes Armadas e Defesa da Constituição

Sd. 5 “...à atitude das classes armadas, nos fatos políticos do Brasil. Mas é preciso reafirmar que, *enquanto muitas vezes as classes armadas têm sabido apoiar a Constituição* e defendê-la com intransigência, *outras vezes tem servido, também, para implantar no País o estado de sítio, o regime de exceção e até a ditadura*. Se em 1930 as classes armadas acompanharam o movimento civil de renovação dos quadros políticos, até então chafurdados na confusão e no interesse de minorias políticas; se em 1932 fizeram a revolução constitucionalista a fim de dar ao Brasil um regime que ele estava a pedir, já em 1937 *servia de arma ao Dr. Getúlio Vargas para implantar no País u’a malfrada ditadura* de sete anos. Redimiram-se as classes armadas quando em 1945 destituíram o então Presidente da República pra pedir a formação de um parlamento constituinte, de maneira a que o País voltasse à legalidade”. (grifo nosso)

Sd. 6. “... nossas forças armadas usando de seus bordados, de seus postos e de sua força, para lançar o País na confusão, exigindo, *inclusive*, o desrespeito à Constituição através de um golpe que o povo não admite, no qual não participa e que saberá repudiar no momento preciso. Fala-se hoje no pedido de “Estado de Sítio” pelo Presidente da República ao Congresso. É o estado de exceção”.

Sd. 7. Sobre Carlos Lacerda: “secundado e seguido por algumas patentes das Classes Armadas, por coronéis e brigadeiros da Aeronáutica, por generais do Exército, almirantes e contra-almirantes da Marinha, capangueado hoje por homens com galões nos ombros, tudo isso porque? Para tirar efeito político”.

Sd. 8. “... a clara evidência de perdermos nossas liberdades democráticas, liberdades estas que custaram tanto sangue, derramado por todo o País, liberdades que custaram o preço de tantas vidas, que deixaram tantos órfãos neste Brasil”.

A Sd.5 traz um argumento que conecta a obra literária *Os Tambores Silenciosos* com a ditadura militar que seguiu o golpe de 1964, qual seja o argumento do papel das classes armadas. No livro, o ano é 1936 e as forças armadas serviram de *arma a Getúlio para implantar uma ditadura de sete anos*. E essa era a tentativa de 1954, que foi concretizada dez anos mais tarde. No momento em que Josué escreveu a obra, a ditadura estava em curso.

Na Sd.6, o interessante é o uso do advérbio *inclusive* na ordem do intradiscorso, quando o vereador diz que as forças armadas exigem, *inclusive*, o desrespeito à Constituição, ou seja, o exército, a marinha e aeronáutica não desrespeitam a Carta Magna. Melhor, para que o enunciado possa ser dito, é preciso usar um “conector” *até mesmo, inclusive*, como se os conceitos de “forças armadas” e “desrespeito à Constituição” fossem opostas. O que não é confirmado pela memória discursiva das forças armadas. No entanto, é isso que pode e deve ser dito naquele momento político, dentro da formação discursiva dominante. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória).

A Sd. 7 se refere às forças armadas que acompanhavam Carlos Lacerda durante seus comícios, tendo vista que necessitava de uma segurança especial, em especial depois do episódio do atentado a Rua Tonelero, porém para o vereador essa seria uma estratégia para efeito político, talvez porque passaria a imagem de uma unidade de pensamento entre o jornalista Lacerda e os militares. A Sd.8 traz uma atualização do que seja um regime antidemocrático, uma ditadura em *perder liberdades democráticas*, pois para a perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa “todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos” (ORLANDI, 2006, p. 33).

A terceira regularidade do texto do pronunciamento de Josué Guimarães diz respeito ao tratamento pela imprensa e pela opinião pública das mortes políticas ocorridas naquele período. Para compreender essas sequências discursivas é necessário recordar-se do Atentado da Rua Tonelero, que vitimou o Major Vaz e deixou ferido Carlos Lacerda. Esse atentado, mais tarde, foi relacionado aos membros da segurança pessoal de Getúlio Vargas, o que aqueceu ao limite o cenário político da época.

Morte de dezenas sem protestos → Explorar mortes para efeito político

*Sd. 9. “Motivou essa situação de descabro e de insegurança, o atentado que resultou na morte do Major Rubens Vaz e no ferimento do jornalista Carlos Lacerda. Morreu, e evidentemente, um inocente, como têm morrido neste País dezenas de homens inocentes sem que a Aeronáutica ou outra entidade militar qualquer se levantasse para protestar”. (grifo nosso)*

*Sd. 10. “Quando se matou barbaramente Nestor Moreira, apenas a imprensa, então atingida, usou de suas colunas, usou de suas ondas de rádio, para protestar contra aquele crime cometido pela Polícia do Rio de Janeiro. Aqui no Rio Grande do Sul mataram miseravelmente chefes de famílias, na cidade de Rio Grande. Assassinaram outros em Livramento e as Classes Armadas não protestaram nada porque então não havia um demagogo para explorar aqueles cadáveres, não havia nenhuma situação política a tirar partido”.*

*Sd. 11. Sobre os salvadores da pátria como é o caso de Carlos Lacerda: “Estes homens, Sr. Presidente, não têm moral para falar hoje, não podem explorar cinicamente o cadáver do Major Vaz!”.*

*Sd. 12. “... na hora em que o povo brasileiro necessita das garantias para melhor produzir e sair dessa caótica situação, o que nós vemos são esses *homens cinicamente revoltados contra uma morte e esquecidos de que centenas de outros brasileiros morreram em causas mais justas*. Não por engano, mas assassinados premeditadamente”. (grifo nosso)*

Na *Sd.9* o vereador estabelece a diferença de valor político que parece ter tido a vida do Major Vaz e as de dezenas de outras pessoas que morrem sem a mobilização das forças armadas. Da mesma forma, a *Sd.10* faz a mesma relação com a vida de Nestor Moreira, que foi um jornalista morto em razão de uma agressão ocorrida dentro do prédio da polícia. Ainda, assim como na *Sd. 11*, há a denúncia de que esses cadáveres estão sendo explorados pelos *salvadores da pátria*. Na *Sd. 12* o vereador diz que os assassinatos foram premeditados.

A quarta regularidade diz respeito à duração do mandato do Presidente da República.

Mandato cumprido na integralidade, democracia → Renúncia do Presidente da República

*Sd. 13. Por que Carlos Lacerda junto com as forças militares? : “para *insuflar a renúncia ao Sr. Presidente da República, que, bem ou mal, é o Presidente da República e deve ficar no Governo até o cumprimento do seu mandato*. Não se trata de renunciar a um dever, o que seria covardia de sua parte. Seria dar a mão à palmatória, para que passemos aos olhos do estrangeiro como um País governado por um Presidente, há mais de 20 anos, que não passava de mero protetor de assassinos. Este é o panorama explorado miseravelmente pelos que querem dar golpe, os quais encontrarão o maior repúdio nas camadas populares”. (grifo nosso)*

*Sd. 14. “O Sr. Presidente da República, ainda que nunca desejasse cumprir a Constituição, ainda que não sentisse nenhuma obrigação de defendê-lo, agiu como tinha que agir nesta emergência. Dissolveu sua própria guarda pessoal, acusada de assassinato. Deixou prender o próprio chefe dessa mesma guarda, seu amigo fiel de tantos anos. Deixou que vasculhassem as gavetas do próprio Palácio do Catete. E em benefício de quem? Não foi em seu próprio benefício. Foi em benefício do povo, em garantia da ordem ameaçada”. (grifo nosso)*

*Sd. 15. “O Sr. Presidente da República, bem ou mal, está agindo, até agora, em defesa do regime democrático. Ainda que não pareça, é ele, neste País, atualmente, o único defensor da Constituição. E a isto o levou quem? – Justamente essa oposição que nunca se pejou de*



acusá-lo de rasgador de constituições, de que não assinara a Constituição porque tinha ojeriza da legalidade, e, *entretanto*, são esses que sempre o acusaram de desrespeito à Constituição que estão noite e dia, neste momento, rasgando a Carta Magna, em benefício apenas de sua falta de escrúpulo, de sua falta de vergonha!" (grifo nosso)

Na *Sd. 13* Josué se posiciona contra aqueles que querem a renúncia de Getúlio porque *bem ou mal* é o Presidente da República e deve cumprir a integralidade de seu mandato. E na *Sd. 14* parece acreditar que há alguém à favor do povo, em oposição ao que construía discursivamente na primeira regularidade dessa análise, a "Ajudar o povo → Interesses Econômicos (Assis Chateaubriand e Carlos Lacerda)".

É interessante notar que nas *Sd.14* e *Sd. 15* o conceito de "Defesa da Constituição" tem sentidos diferentes nas duas posições que podem ser interpretadas das regularidades da manifestação de Josué, as palavras mudam de sentido de acordo com as posições daqueles que as empregam. Na *Sd.14*, Getúlio nunca desejou cumprir a Constituição, enquanto que na *Sd. 15* ele era o único defensor porém com o conector "ainda que não pareça". Já que nessa perspectiva teórica, "o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. [...] Elas 'tiram' seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem" (ORLANDI, 2006, p. 42-43).

Para a quinta e última regularidade da manifestação de Josué Guimarães, é preciso compreender a ideia do não-dito no discurso. O pensar do analista de discurso segue as pistas para compreender os sentidos produzidos, relacionando-os com a exterioridade, os "sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele" (ORLANDI, 2003, p. 30). Logo, se aparece no discurso um não podemos silenciar - protestar, é porque provavelmente o discurso de silenciar - não protestar era o dominante naquele momento histórico.

Não podemos silenciar, protestar → Existe um não-dito "Silenciar, não protestar"

*Sd. 16.* "Sr. Presidente, não podemos silenciar desta barbaridade, no momento em que nos aprestamos para um pleito eleitoral, principalmente agora, quando esses exploradores da situação sentem que está faltando areia embaixo dos pés, agora que sentem que o povo não está com eles, pois nunca estive do lado dos que querem atirar e estão atirando mesmo o país na desordem e no caos, apenas para satisfazerem seus interesses, não digo eleitorais, mais eleitoreiros".

*Sd. 17.* "Sr. Presidente não poderia silenciar neste momento em que, exercendo o mandato popular, sentimos que há um vento nefasto soprando no País, que há uma tendência de golpe e de oportunismo".

*Sd. 18.* "Essa situação nacional, contra a qual precisamos não silenciar, neste momento, Sr. Presidente, para que saiba Porto Alegre, para que saiba o Rio Grande e para que saiba o Brasil, que pelo menos a Câmara Municipal de Porto Alegre, onde há homens representantes de quase todos os partidos, de que a Câmara não silenciou e não calou ante esta clara evidência de golpe. [...] Não é possível que silenciemos, Sr. Presidente!".

*Sd. 19.* "Nosso dever é protestar, alto e bom som, fazendo sentir as forças armadas e ao Sr. Presidente da República, ou a quem quer seja, que estamos contra golpes e que queremos respeitar a Constituição".

*Sd. 20.* "Nossa atitude é um sinal de protesto contra essa situação, contra os que silenciam diante de um crime e vociferam contra outros. Nossa atitude é de protesto contra esses lamentáveis acontecimentos".

Nessas sequências discursivas percebe-se o sujeito vereador inscrevendo-se na língua e, portanto, se constituindo através dela, pois o jornalista Josué Guimarães até poderia se silenciar nesse momento político, porém o vereador não. Logo, é possível dizer que “a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade (o fato de que ‘eu’ sou ‘eu’), apaga o fato de que ela resulta de uma identificação: o sujeito se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva – que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico)” (ORLANDI, 2006. p. 45). O sujeito para a perspectiva da Análise de Discurso é “materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas” (p. 49).

Por fim, diante dos cinco blocos de regularidades do texto da manifestação de Josué Guimarães do dia 23 de agosto de 1954, e da análise discursiva das vinte sequências discursivas, foi possível desenhar as posições ideológicas que marcavam o momento político na cidade de Porto Alegre.

### Considerações finais

Se Josué Guimarães se manifestava politicamente por meio das suas obras literárias, uma vez que estava desiludido da política partidária, em *Os Tambores Silenciosos* o autor encontrou um escape para escrever sobre um período que viveu intensamente, mesmo que de forma involuntária. A ditadura e a ameaça constante da perda das liberdades democráticas, estavam presentes tanto na obra literária quanto no discurso do vereador de Porto Alegre do mês de agosto de 1954.

Com o aporte teórico da Análise de Discurso de Michel Pêcheux que considera a exterioridade do discurso, em especial dos conceitos de condição de produção do discurso, memória discursiva, interdiscurso, intradiscurso e não-dito, foi possível identificar e interpretar as posições ideológicas que se movimentavam no cenário político em que Josué Guimarães exerceu o cargo de vereador.

A partir da análise desse corpus, pode-se também identificar eventuais semelhanças entre os conflitos existentes na década de 1950 e os conflitos políticos da atualidade, ou seja, em um processo de recontextualização também é uma leitura de uma problemática que ainda se perdura na composição das questões do poder contemporâneo.

### Referências

- FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. O sistema partidário: a redemocratização (1945-64). In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985) – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 59-82.
- GONZAGA, Sergius. A vitória do realismo. In: RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural. Instituto Estadual do Livro. Josué Guimarães. Porto Alegre: IEL, 1988, p. 15-17.
- GUIMARÃES, Josué. O homem e a obra: As traições de 1964. Entrevistadores: Jó Saldanha, Jorge Polydoro, Ivan Pinheiro Machado, José Onofre, Paulo de Almeida Lima e José Antônio Pinheiro Machado. In: RÖSING, Tania Mariza Kuchenbecker; AGUIAR, Vera Teixeira de (Org.). Jornadas Literárias: o prazer do diálogo entre autores e leitores. Passo Fundo: Gráfica e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1991.

GUIMARÃES, Josué. Os Tambores Silenciosos. Porto Alegre: L&PM, 1991a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006, p. 11-31.

PORTO ALEGRE. Anais da Câmara Municipal de Vereadores. Porto Alegre, 23 de agosto de 1954.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural. Instituto Estadual do Livro. Josué Guimarães. Porto Alegre: IEL, 1988.

RUAS, Tabajara. Prefácio. In: Garibaldi & Manoela: uma história de amor. Porto Alegre: L&PM, 2010.